



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000082862

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1004082-70.2015.8.26.0248, da Comarca de Indaiatuba, em que são apelantes FERNANDA CARLA DE SOUZA e TALA APARECIDA NEDER GOMES, é apelado ANDERSON ROBERTO SARRO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANTONIO RIGOLIN (Presidente) e PAULO AYROSA.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

FRANCISCO CASCONI
Relator
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 1004082-70.2015.8.26.0248

31ª Câmara de Direito Privado

COMARCA: INDAIATUBA

APELANTES: FERNANDA CARLA DE SOUZA E OUTRA

APELADO: ANDERSON ROBERTO SARRO

VOTO Nº 34.987

R

**AÇÃO INDENIZATÓRIA – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE
DE TRÂNSITO – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – DANO
MORAL E MATERIAL – SOLIDARIEDADE ENTRE CONDUTORA E
PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO PELOS PREJUÍZOS SOFRIDOS PELO
AUTOR – HONORÁRIOS MAJORADOS EM VIRTUDE DO TRABALHO
RECURSAL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO.**

Apelação interposta contra r. sentença de fls. 230/234, cujo relatório adoto, que julgou parcialmente procedente a ação, condenando as rés, solidariamente, em dano emergente e lucro cessante, corrigido do desembolso e juros de mora do evento danoso, e, indenização por dano moral no valor de R\$15.000,00, corrigidos da sentença e juros desde o evento danoso. Custas, despesas processuais e honorários arbitrados na proporção de 70% pelas rés e 30% pelo autor, fixados os honorários em 10% sobre o valor da condenação.

Recorrem as vencidas em busca de reforma do julgado. De proêmio, requerem o benefício da justiça gratuita. No mérito, em suma, afirmam que a proprietária do automóvel não tinha ciência da utilização deste pela condutora Fernanda, insurgindo-se contra sua responsabilização. Sustentam ainda a ausência de demonstração da culpa da condutora alegando que as testemunhas não presenciaram o acidente, não podendo ser aferida a culpa as rés. Por fim, pugnam pelo provimento do recurso.

Recurso contrariado.

É o relatório.

Registre-se que o recurso é tempestivo e preenche os requisitos do art. 1.010 do CPC.

Observada a devolutividade recursal, a inconformidade não comporta acolhida.

Preliminarmente, concedo o benefício da justiça gratuita pleiteada pelas apelantes, pois comprovada a situação de hipossuficiência financeira destas a fls. 293/308.

Depreende-se dos autos que em 21 de outubro de 2014 as partes se envolveram em acidente de trânsito por volta das 10h50min, estando o autor em uma motocicleta que foi colhida pelo automóvel de propriedade da corré Tala que estava sendo conduzido pela corré Fernanda. Decorrente do episódio o autor sofreu lesões graves, passando por cirurgias e ausentando-se do trabalho por meses. Ajuizou, em razão disso, a presente demanda a fim de alcançar reparação material e imaterial.

Incontroversa a ocorrência do acidente de trânsito entre o automotor conduzido pela corré e o requerente, a questão litigiosa compreende a culpabilidade pelo infortúnio.

Desde logo assinalo o acerto na condenação solidária da proprietária Tala para enfrentar as indenizações devidas. A tentativa de afastar a responsabilidade não se sustenta. Consonante com a jurisprudência do C. STJ:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE DE FILHO CAUSADA POR **ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO PELOS DANOS CAUSADOS PELO CONDUTOR. PRECEDENTES.** PRETENSÃO DE QUE SEJA FORMADA NOVA CONVICÇÃO ACERCA DOS FATOS DA CAUSA A PARTIR DO REEXAME DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. **Segundo a jurisprudência do STJ, o proprietário do veículo responde solidariamente pelos danos decorrentes de acidente de trânsito causado por culpa do condutor,** pouco*

importando que ele não seja seu empregado ou preposto, ou que o transporte seja oneroso ou gratuito. Precedentes. 2. Assentada pela Corte de origem a premissa fática de que um dos demandados é o proprietário do automóvel, o qual confiou o bem ao condutor que culposamente deu causa ao evento danoso, a responsabilidade solidária daquele tem que ser reconhecida. (...)" (AgRg no AREsp 692.148/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, julgado em 18/06/2015 – destacado).

Avançando, a respeito do contexto em que se deu a colisão, extrai-se do depoimento de FERNANDA CARLA DE SOUZA (fls. 256/259):

J.: Qual era a preferencial das duas ruas?

D.: Não sei de cabeça, não me lembro. A minha não era a preferencial, a minha era o pare.

J.: E a senhora parou?

D.: Parei, fui virar, não vi ninguém e continuei."

A i. Magistrada sentenciante analisou de forma apropriada a dinâmica do acidente, concluindo, de maneira acertada, pela responsabilidade da corré Fernanda:

"(...) Melhor dizendo, no momento em que a corré Fernanda afirma estar ingressando na Rua Tupi, visando sua conversão à direita. Relata, contudo, que a colisão deu-se do lado esquerdo do veículo por ela conduzido, na parte dianteira, o que evidencia ter a corré interceptado a frente da moto exatamente no momento em que esta, em sua mão de direção, alcançava o cruzamento da Rua Bororó. Por certo, a ré não foi prudente o necessário, deixando de aguardar o melhor momento para ingressar à direita em via preferencial, vindo a interceptar a frente do motoqueiro, no caso, o autor. (...)"

As evidências compiladas são suficientes a demonstrar a culpa da corré que, pela dinâmica do acidente, agiu de maneira imprudente ao interceptar a trajetória do autor que circulava em faixa preferencial, ou, contrariamente o abaloamento não teria se consumado.

Ressalto que os depoimentos das demais testemunhas não foram as únicas provas produzidas nos autos, pelo contrário. Ante o vasto conjunto probatório coligido, o fraco argumento de que os declarantes não presenciaram o acidente não impossibilita a análise minuciosa do fato.

Dessa forma, sem razão as apelantes em seus pedidos formulados em sede recursal, de rigor a manutenção da r. sentença.

Presentes os requisitos para tanto, majoro os honorários advocatícios previamente fixados, ante a incidência dos recursais (conforme artigo 85, §11, do Código de Processo Civil), mantendo os 10% sobre a condenação, determinando o ajuste na proporção para 80% pelas rés e 20% pelo autor.

Nego provimento ao recurso.

Des. FRANCISCO CASCONI
Relator
Assinatura Eletrônica